

(Texto apresentado no colóquio internacional *Cultura Portuguesa: Interculturalidade e Lusofonia*, 2-3 Dezembro de 2010, Faculdade Filosofia de Braga / Universidade Católica Portuguesa, a publicar nas respectivas actas.)

Rui Lopo  
(rui.lopo@gmail.com)

## *A cultura portuguesa é um problema filosófico*<sup>1</sup>

*Tudo nos ensina que o homem não pode libertar-se inteiramente do seu passado, pois é um ser de memória. Capital se afigura então sob muitos aspectos perguntar, na linha da nossa problemática, porque é o homem um ser de tempo e de memória, ou se só por acidente ou de forma constitucional e estrutural.*

José Marinho

*Viver é assumir-se para alterar-se.*  
Vilém Flusser

### I.

Este texto pretende mostrar como, ao longo do século XX, as considerações da *cultura portuguesa* pressupõem-na e tomam-na como um ente inequivocamente dado e, por isso, passível de se tornar objecto de afecções passionais e de adesões ou recusas de nítido recorte ideológico<sup>2</sup>. Neste sentido, partimos do pressuposto de que a consideração

---

<sup>1</sup> Este texto insere-se num quadro de reflexão mais amplo, que visa analisar e explicitar os fundamentos, condicionantes e demais factores que levam à adopção de uma atitude essencialista em relação a dados culturais como são as identidades nacionais, articulando-se com o texto por nós apresentado, em Novembro de 2010, ao IX Colóquio Tobias Barreto, promovido pelo Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, intitulado “As diferenças culturais como problema filosófico. Miguel Reale, Vilém Flusser, Agostinho da Silva” (No prelo).

<sup>2</sup> Usamos aqui a noção de *ideologia* na acepção, muito lata, que a equaciona como sistema de representações enformando uma visão complexa e abarcante do mundo a partir da qual se ergue um sistema de valores que se impõe à realidade social e cultural. Distingue-se da filosofia que é fundamentada e fundamentante, interrogativa e problemática, pelo seu carácter muitas vezes inconsciente e implícito nos autores, como se constituísse um conjunto de respostas que ignoram as questões que lhe deram origem. Sobre o debate entre nós travado em torno desta questão, consulte-se o ensaio, “Ideologia e Dogmatismo” em *Heterodoxia II*, Coimbra, Coimbra Ed., 1967, pp.155-197, de Eduardo Lourenço; ou, em registo hermenêutico, de João Paisana, o seu prefácio a *História da filosofia e tradição filosófica*, Lisboa, Edições Colibri, col. Fórum de ideias, 1993; de Fernando Belo, *Notas para o conceito de Ideologia. Teoria e Prática*, Lisboa, Edições A regra do jogo, Col. Cadernos de Filosofia 1, 1977; de Onésimo Teotónio de Almeida, *De Marx a Darwin: A Desconfiança das Ideologias*; Lisboa, Gradiva, 2009 e de José Barata Moura, *Ideologia e Prática*, Lisboa, Ed. Caminho, 1978. Deste último, convirá ainda consultar a importante proposta – de grande valia heurística e alcance epistemológico – de distinção entre história das ideias, das ideologias, dos conceitos, das mentalidades e da filosofia apresentada no estudo intitulado “Há uma história das ideias?”, incluído no volume *Estudos de Filosofia Portuguesa*, Lisboa, Ed. Caminho – Col. Universitária, 1998, pp. 13-36, onde se pode ler (p. 29) o seguinte passo: *Se a teoria da ideologia estuda os processos concretos de determinação e de funcionamento das produções da consciência social, em geral, e a história das ideologias investiga o conteúdo, interacção, deveniência das diferentes sistematizações desses produtos, particularmente em visões mais ou menos orgânicas e organizadas do mundo e da vida, a história das ideias persegue a determinação de conteúdos objectivos*

daquilo que seja *português* excede em muito as suas apropriações identitárias estritas, quer as que se debrucem sobre a *cultura portuguesa* como um sujeito clínico psicanalisável, quer as que a *isso* adiram como a um ente metafísico, que seria experienciável segundo uma qualquer mística unitiva mais ou menos heterodoxa. Apesar das diferenças entre estas contrapares atitudes há nelas uma correlativa *sujeição do objecto* “cultura portuguesa”. Isto é: Portugal e a sua cultura são nestes quadros conceptuais (implícitos e inconscientes) pressupostos como objectiváveis (como objectos possíveis de teorização por parte de um sujeito que os observa e nesse exercício se exterioriza e separa desse objecto) ou como sujeitáveis (como sujeitos ou indivíduos, entes que integram e absorvem toda a interpretação possível, condicionando o seu observador, mais do que por ele se deixando dominar). Há neste exercício uma obliteração do sentido ontológico fundamental que subjaz à descrição e análise de qualquer objecto. Afinal, caberá à filosofia observar que as *culturas nacionais* em geral são entes de onticidade problemática, constatando a complexa humanidade que as constitui e a irreduzível historicidade das suas manifestações. Isto é, a cultura portuguesa é um problema filosófico porque todas as culturas o são e não só por – enquanto deste modo adjectivada – constituir problema. É pelo substantivo e não pelo adjectivo que deve a nossa problematização iniciar-se<sup>3</sup>. A mera deslocação da perspectiva, do adjectivo para o substantivo, não contribui só por si, todavia, para estabelecer, assegurar e demonstrar a insubstancialidade de um e outro.

Procure-se pois proceder à explicitação e crítica destes pressupostos e à detecção dos modos e modelos pelos quais se tem conduzido esta substancialização da *cultura portuguesa*. No âmbito deste esforço, os exemplos ilustrativos serão colhidos em autores de diferentes índoles, mostrando todavia que, sucede mesmo em alguns autores de obras fortemente identitárias e agentes da construção nacionalitária em apreço, se podem encontrar *linhas de fuga* e instrumentos conceptuais de superação deste substancialismo, contribuindo assim para a assunção de uma atitude crítica que assuma a contraditoriedade constitutiva e motriz do real, e para o estabelecimento de

---

*ideais dotados de um potencial, elevado e recorrente, de produção ou de desencadeamento de efeitos (designadamente teóricos), possuidores de traços configurativos que possibilitam uma certa individualização (mesmo quando funcionam no âmbito, ou como componentes, de estruturas ideológicas mais complexas), e detectáveis quer no espaço social de uma comunidade determinada quer no tempo cultural que sedimenta e retrabalha tradições. (...) Ou, em termos esquematicamente conclusivos, na secção 20 do mesmo texto (p. 34 da ed. cit.): Enquanto a história das ideologias incide sobre sistemas mais ou menos organizados de representação global de weltanschauungen, de visões do mundo e da vida, a história das ideias cura de unidades ideais de significação que: ou imediatamente se integram articuladamente em ideologias ou as podem de algum modo atravessar, manifestando e fazendo sentir a sua presença em configurações ideológicas diversas e mesmo de sentido contrário.*

<sup>3</sup> Neste sentido, referimos o problema das culturas nacionais ao problema filosófico da identidade em geral, posto no quadro da definição conceptual de um ente colectivo e histórico de longa duração marcado pela permanente tensão entre particulares em debate pela subsistência e pela tensão entre os particulares e diversas formas de *universalidade*, axiologicamente equacionável de diversos modos, e que hoje nos surge sob a figura imperial do *mercado mundial*. Sobre este tema veja-se o lúcido ensaio de José Barata-Moura: “Mundialização e Sociedade Mundial, Apontamentos para uma posição ontológico-política do problema” publicado em *Convergências e Afinidades. Homenagem a António Braz Teixeira*, Lisboa, UCP-FCH-CEFI / CFUL, 2008, pp. 837-852. Neste horizonte de reflexão, para uma perspectiva cosmo-política sobre a *universalidade*, cf. o nosso estudo “Nós somos os outros: Reflexão crítica em torno do conceito de civilização”, Colóquio sobre o Diálogo Intercultural e Inter-religioso, Lisboa, Organizado por Universidade Lusíada, CEPESE e “Jovens para o Diálogo Intercultural”, apresentado em Novembro de 2008. Este estudo visa demonstrar a invalidade e insubsistência teórica dos termos em que é colocada a questão do *choque de civilizações*, essa reflexão é desenvolvida em termos já não crítico-culturais, mas teóricos no nosso artigo “Contributo para a re-construção da ideia de universalidade – notas para um elogio crítico de Kant”, pp. 26-28 em *Revista Cultura Entre culturas* nº1, Lisboa, 2010.

metodologias analíticas e hermenêuticas fundadas na consideração da contrapolaridade e interdependência de todos os fenómenos culturais.

## II.

Não será necessário aqui dar conta do enorme acervo de afirmações nacionalitárias que enformaram o pensamento de expressão portuguesa desde a geração de 70 aos nossos dias, de Guerra Junqueiro a Teixeira de Pascoaes, do Integralismo à Cruzada Nuno Álvares, do nacionalismo oficial do Estado Novo a outras formas de consideração da nação como um valor político, cultural, filosófico, ou espiritual, até formas mais declaradamente lusocêntricas, de tipo providencial, milenarista, messiânica e escatológica. Não a despropósito têm alguns autores confrontado essas expressões culturais com outras, de sinal oposto: consideradas europeizadoras, tidas por desnacionalizantes, de recorte internacional ou mundialista.

Não pretendemos aqui participar no longo, complexo e multimodo debate sobre a *identidade nacional* que nas últimas décadas tem conhecido um renovado fulgor. Tal debate não deve ser considerado inaudito no concerto das nações nem revelador de uma qualquer especial obsessão portuguesa por si próprio. Afinal, tenhamos em conta que o país esteve relativamente encerrado ao exterior por uma ditadura de quase cinco décadas, que o Estado português deixou de ser imperial (tendo-o sido por mais de 500 anos), que inverteu a estrutura da sua pirâmide demográfica, e que havendo participado na fundação de um bloco político-militar atlântico (a NATO, em 1949), veio a integrar um bloco económico-político europeu em crescente federalização (CEE em 1986, mais tarde UE), participou da criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, em contexto pós-colonial, em 1996, e adoptou generalizadamente um *modo de vida* que a outros levou bem longas décadas a assumir... Recorde-se ainda o amplo influxo migratório que abandonou o país, principalmente nas décadas de 50 a 70, a chegada de cerca de um milhão de refugiados das ex-colónias na segunda metade dos anos 70 e, a partir dos anos 80, a redefinição do país como lugar de acolhimento de imigrantes, ainda que sem deixar de ser país marcado pela emigração. Quantos consideram que a questão identitária é mais obsessivamente candente em Portugal que em outros locais, parecendo não ver as irrupções populistas e xenófobas ascendentes em toda a Europa, omitem ou esquecem estes dados da nossa história colectiva mais recente de ampla impregnação mentalitária.

Temos assistido a este debate (e só referindo autores lembrados ao correr da pena e sem pretensões de exaustividade, impossível numa reflexão de tão modesto visio) onde se incluem trabalhos de autores tão diversos como o são as recentes sínteses historiográficas de Rui Ramos e Filipe Ribeiro de Meneses; ou as novas reedições das obras de Vitorino Magalhães Godinho, a par das suas recentes reflexões cívico-culturais (2009); de João Medina, repensando a República e instigando-nos com a descrição e análise de símbolos e mitemas nacionais, ou *portuguesismo(s)* (de 2007); António Borges Coelho repensando *Portugal na Espanha Árabe* (1971-2008); Martim de Albuquerque, historiando a representação da questão até meados do século XVII, no seu *ensaio de história das ideias políticas – A Consciência Nacional Portuguesa*, de 1974; José Matoso, repensando a Idade Média e patenteando uma preciosa síntese sobre o tema, já de 2001, precisamente intitulada *A Identidade Nacional*, onde se ensaia um discurso sobre o modo como um *Estado* se transforma numa *nação* e como é nos

momentos de opressão que radica a pulsão projectiva num além ou num amanhã imaginários:

*Quem lutava contra a penúria, a fome ou a exploração tinha de colocar a esperança num além ou num amanhã situados num espaço ou num tempo imaginários*<sup>4</sup>.

Veremos constatada esta dissociação em muitos outros títulos de diversos autores concentrados na cisão como modelo preferencial de abordagem da realidade nacional, desde o diagnóstico psicanalítico do país enredado no *labirinto da saudade* (1978) e padecente de um *irrealismo prodigioso*, perdido entre as *duas razões* de *Nós e a Europa* (1988) de Eduardo Lourenço<sup>5</sup>; à constatação, por Miguel Real, da cisão entre *o ser e a representação* portuguesa (1998) que preparou afinal uma certidão de óbito que em *Morte de Portugal* lemos nós dizer respeito a uma *representação* pois que o seu *ser*, ainda que enfermiço, parece sobreviver (de 2007) – falecimento este que até consigo arrastou uma certa *filosofia nacional*<sup>6</sup>, e culminou na redacção de uma *Introdução à Cultura Portuguesa* (2011); passando pela escarpelização da inveja colectiva e entranhada na denúncia de um país com *medo de existir* (2008) e obsessivamente em *busca de uma identidade* (2010) em José Gil<sup>7</sup>; ao apelo ético-republicano à redescoberta de um patriotismo axiológico em *Portugal – Identidade e Diferença* ou em *Património, Herança e Memória: A cultura como criação* (2009) de Guilherme de Oliveira Martins; ou ao criticismo europeizador de Carlos Leone, na sua *História das ideias do discurso crítico português do século XX, Portugal Extemporâneo* (2005) e nas suas intervenções na revista *Prelo*; ou a diagnose do salto português da *pré* para a *pós*-modernidade em contexto semi-periférico, segundo os conceitos de Boaventura de Sousa Santos em suas

---

<sup>4</sup> José Matoso, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 2001, p. 106. Seria interessante pensar filosoficamente (atendendo às suas origens e fundamentos) esta *necessidade* aqui diagnosticada, efectuando um estudo comparado de outros contextos sociais onde emerge pensamento sobre o futuro, de cariz utópico, messiânico ou tão-só prospectivo, de forma mais ou menos compensante e mistificatória. Recordemos a este título o estudo de amplas consequências de Augusto da Costa Dias sobre *A Crise da Consciência Pequeno-Burguesa*, a partir da fina análise do chamado nacionalismo literário da geração de 90, onde se comenta longamente a perspectiva anti-intelectualista de Alberto de Oliveira, assumindo literariamente o valor desta cisão: *Nos povos esfarrapados e mendigos, como este de que sou filho, há mais idealistas do que nos outros. A desgraça traz imaginação. A dor fecunda a piedade. E nós que nascemos agora e queremos ocupar os nossos velhos vinte anos, só uma estrada temos a seguir: procurar a felicidade na fé, e o sossego no instinto. Desintelectualizar-nos. Enjoa-nos a análise. Agonia-nos a dúvida*.

<sup>5</sup> Sobre Eduardo Lourenço não se poderá deixar de remeter para os panorâmicos e compreensivos estudos de Miguel Real que sintetizam toda a sua obra, sublinhando os seus contributos filosófico-culturais mais singulares e integrando-os na cultura onde se manifestou e da qual é intérprete: *O Essencial sobre Eduardo Lourenço*, Lisboa, INCM, 2003; *Eduardo Lourenço. Os anos da formação. 1945-1958*, Lisboa, INCM, 2003; *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa*, Lisboa, Quidnovi, 2008.

<sup>6</sup> *Jornal de Letras* n.º 1041; Ideias; Secção “Os dias da prosa”; «A morte da ‘Filosofia Portuguesa’»; 25 de Agosto a 7 de Setembro de 2010, p. 33.

<sup>7</sup> Encontrámos na Biblioteca Nacional de Lisboa um longo ensaio dactiloscrito por José Gil e datado de 1963, de Paris, trazendo a sigla UEPF [União dos Estudantes Portugueses em França], e enviado a José Marinho, o que se conclui pela dedicatória manuscrita, que se intitula *Os Adiados* e onde se encontra um fortíssimo diagnóstico da *inteligentzia* nacional como padecente de excesso de identidade e axiologicamente responsável por uma inversão de prioridades sobrevalorizando a peculiar condição nacional sobre a comum humanidade fundamental: *O nosso mal é que somos portugueses antes de sermos homens*, diz-se na sua primeira página. Preparamos um outro estudo, complementar deste que aqui se apresenta, em que damos conta do carácter inaugural deste ensaio inédito de Gil (na economia da sua obra), nele se antecipando as suas teses mais recentes. Nesse estudo procuramos ainda dar conta das diferentes abordagens sobre o mesmo tema que em simultâneo Gil e Marinho desenvolveram.

onze percucientes *teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal (Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade, 1994)*, ou o estudo de Onésimo Teotónio de Almeida, num registo diverso porque empregando instrumentos conceptuais da tradição anglo-saxónica, o ensaio *National Identity – a Revisitation of the Portuguese Debate*; as antologias organizadas por Pedro Calafate (coordenador da vasta *História do Pensamento Filosófico Português*, em 8 volumes) e José Luís Cardoso, justamente intituladas *Portugal como Problema* de 2006, entre tantos outros exemplos convocáveis.

Haveria ainda que atender aos contributos sectoriais que as várias disciplinas das chamadas ciências sociais e humanas têm dado, ao enorme acervo descritivo disponibilizado pela gigantesca produção científica, académica e não só, das últimas décadas no campo da historiografia (sem esquecer os enfoques religioso e artístico, tão marcadamente *identitários*), da sociologia (das mentalidades<sup>8</sup>), da geografia humana, da antropologia cultural ou mesmo da história literária<sup>9</sup> e da literatura oral e tradicional, levantando e analisando um património simbólico (*latu sensu*) em grande medida desconhecido da generalidade dos portugueses. No actual contexto pós-imperial e pós-colonial, marcado pela interculturalidade e a hibridez, é evidente ainda que a tematização da lusofonia (em tons diversos e polícromos, do político ao literário) cada vez mais necessariamente integrará os esforços de quantos das grandes questões da cultura portuguesa e da sua identidade se ocupem.

Uma segunda via contrapor aquela que se concentra numa cisão é aquela que privilegia, no afrontamento da identidade, a valorização de especificidades no sentido do reconhecimento de uma autonomia cultural e espiritual, de uma unidade essencial do objecto em causa. Tal foi a posição aventada por Agostinho da Silva em sua valorização da distribuição geográfica da língua portuguesa, mas sobretudo de um património simbólico que integra o franciscanismo espiritual afim do culto popular do Espírito Santo (colhido da investigação de Jaime Cortesão) e as expectativas messiânicas e escatológicas do Quinto Império; por António Quadros, que em *Portugal, Razão e Mistério*, de 1986, leva a cabo uma *patriosofia*: a detecção de arcanos sapienciais presentes no património artístico, literário, arqueológico e não só, que seriam desocultáveis e interpretáveis; por António Telmo, autor de uma *História Secreta de Portugal* à luz da qual os acontecimentos históricos se integrariam num contínuo de sentido explicável por uma lógica temporal cósmica, de tipo cíclico (tentativa esta de uma decifração esotérica da história que conhece vários sequazes e forte procura editorial – o que constitui facto cultural digno de reflexão<sup>10</sup>); também Gilbert Durand com seus estudos sobre o imaginário português, ou os inspirados textos de Lima de Freitas – cujo extenso diário permanece em grande parte inédito – de valorização do

---

<sup>8</sup> Para além dos estudos quantitativos que dão conta das grandes transformações sociais das últimas décadas, aludamos ainda aos estudos científicos relativos ao modo como o país se tem representado e imaginado a si próprio, em instâncias tão diversas como a política, a diplomática, a desportiva, a artística ou até em contexto pedagógico, no registo aparentemente neutro dos manuais escolares.

<sup>9</sup> Recordemos a obra de António Quadros alusiva à *Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos últimos 100 anos*, Lisboa, Fundação Lusíada, 1989, que demonstra a função identitária e auto-reflexiva que a literatura tem desempenhado. Talvez fosse surpreendente prosseguir o projecto de Quadros, atentando nas transformações que a representação de Portugal por si próprio tem produzido na literatura ficcional das últimas duas décadas, como aliás Miguel Real tem chamado a atenção, na sua obra de crítica literária.

<sup>10</sup> Contámos a este título autores como Maria Ferreira da Silva, Carlos Dugos, Eduardo Amarante, Paulo Loução, Rainer Daehnhardt, Vítor Mendanha, Vítor Adrião, S. Franclim entre outros...

acervo imaginal e simbólico português, pictórico, monumental e literário; por Dalila Pereira da Costa, que interpreta simbolicamente toda a história portuguesa, assim crendo contribuir para a sublimar e transfigurar (neste sentido, destacamos *A Nau e o Graal*, de 1978 e *Portugal Renascido*, de 2001; Pinharanda Gomes que desde as suas *Notas a Portugal Despojado* (de 1979, incluídas em *Pensamento Português IV*) até às recentes *Meditações Lusíadas*, de 2001, passando um pouco por toda a sua obra tem afirmado que a autonomia do país radica numa filosofia nacional diferenciada; por Manuel Gandra desde *Portugal Terra Lúcida, Porto do Graal*, de 1986 aos seus *Prolegómenos a uma história mítica de Portugal (Da Face oculta do rosto da Europa)* de 2009, passando por *O Projecto Templário e o Evangelho Português*, de 2006 onde assume um neo-profetismo de cariz joaquimita e sebástico; por António Cândido Franco, que desde o *Panfleto contra Portugal*, de 1989, aos seus romances históricos ou aos ensaios sobre cultura portuguesa tem valorizado os conteúdos libertadores e emancipatórios do mundo poético e que na cultura desta língua se expressam; até Paulo Borges que apesar da inflexão verificada em seu pensamento mais recente no sentido de uma crescente ânsia de absoluto correlativa de uma maior busca de intervenção cívica, desde os *Fundamentos arcaicos da portugalidade*, de 1997, até à *Visão Armilar do Mundo*, de 2010, continua a afirmar uma *vocação portuguesa*, se bem que problematize agora do ponto de vista ontológico os seus fundamentos. Neste conjunto teríamos ainda de incluir Joaquim Domingues, autor de obra dispersa vasta, mas toda ela apontada no sentido da construção de uma filosofia da cultura portuguesa, que valoriza o símbolo e o imaginário através de categorias conceptuais extraídas da tradição portuguesa (na linha de Álvaro Ribeiro), fazendo remontar a nacionalidade às suas origens e fundamentos míticos e apontando-lhe um culminar profético e escatológico (*De Ourique ao Quinto Império*, de 2002), na linha de Francisco da Cunha Leão e António Quadros.

### III.

Deixando pois, por agora, a outros a tarefa de pugnar por uma ou outra posição, ou de completar o levantamento bibliográfico aqui proposto com outras obras e organizando-as conforme outras classificações, permito-me aqui concluir este sucinto e desprezioso périplo valorizando o enorme esforço feito nas últimas décadas de levantamento e disponibilização (actualmente estimulada e facilitada pelas novas tecnologias de informação, memória e consulta de dados) de fontes culturais portuguesas fundamentais, e entre estas, particularmente, para o que aqui nos convoca, de fontes filosóficas. É que, para além dos esforços ensaísticos de escopo identitário ou anti-identitário, o levantamento e estudo do património realmente existente é empresa de bem maior alcance do que se possa imaginar<sup>11</sup>.

Os textos acima referidos, para além dos especificamente historiográficos, estatuem-se num registo ensaístico que, por natureza e feição, cultiva uma hibridez onde cabe toda a sorte de posicionamentos. Constatamos, todavia, que raramente têm sido sujeitos a um detido escrutínio crítico e muito menos a um afrontamento de tipo especificamente filosófico, quedando-se as reacções às suas teses – na maior parte dos casos – por afirmações de tipo ideológico de anuência ou repulsa, quando importaria, sobremaneira,

---

<sup>11</sup> Para uma vista panorâmica da edição filosófica em língua portuguesa nas últimas décadas consulte-se a *Bibliografia Filosófica Portuguesa 1931-1987*, de Maria de Lurdes Sirgado Ganho e Mendo Castro Henriques, Lisboa, Verbo, 1988; assim como, de Renato Epifânio, o *Repertório da Bibliografia Filosófica Portuguesa 1988-2005*, Lisboa, CFUL, 2007.

não só problematizar todo o juízo, mas sobretudo o modo de o colocar e equacionar, o modo mesmo como as questões têm sido colocadas, fundamentando-as ou esvaziando-as, em lugar de repetir o já dado sob uma dicotómica forma de aceitação ou recusa.

Temos pois assistido a combates de ideias esquecendo por vezes que elas actuam como *representações* suscitadas por circunstâncias históricas determinadas, reflexos, por sua vez, de condições que foram efémeras e se dissiparam. Por um lado, não há que confundir o conjuntural com a longa duração, ou esta com um qualquer fundo subjacente identitário e essencial. Por outro lado, será ilusório também assumir valores, próprios de um dado momento presente, como invariáveis e permanentes, assim obliterando e esquecendo o passado, remoto ou próximo, por conveniências de circunstância ou restritivos critérios historiográficos positivizantes que não atendam aos factores próprios da subjectividade colectiva, capazes de profunda penetração e longuíssima durabilidade.

Constatamos que os debates sobre a *identidade nacional* pressupõem, naturalmente, a onticidade, constância, continuidade e invariância das *culturas nacionais*. Poderemos, por outro lado, perguntar se tais invariantes permanecem de tal modo que possam ser estatuídas como traços identitários em sentido axiológico ou ontológico. Ou a que outro nível poderiam ser colocadas?

É da inconsciente ou deliberada confusão entre o plano dos factos, das representações, dos juízos e das interpretações que tantas vezes nasce o tom chão das polémicas que entre nós grassam, afinal evitando a discussão do que mais importa e fugindo ao exercício verdadeiramente crítico, informado e questionador de fundamentações e argumentos, agitando bandeiras e proclamando-se precipitadas fés em vez de se raciocinarem juízos e filosofarem teoremas.

Reconheça-se contudo, cada vez mais, que a oposição entre Portugal (ou a Península) e a Europa não é operativa, tanto de um ponto de vista crítico e analítico como de uma perspectiva sócio-política e cultural, e que quer o Portugal moderno, quer o Portugal medieval, o pobre e o rico, o perseguidor e o perseguido, quer o Portugal conservador, quer o Portugal progressista são ambos modos e figuras da auto-consciência europeia. O Portugal religioso é europeu, tal como o Portugal laico. E nem Portugal se compreende fora da história europeia e mundial, nem o contrário é válido. Em vez de comparar *Portugal* com a *Europa*, hipostasiando os conceitos e amputando violentamente a interdependência das duas realidades, apenas analiticamente isoláveis, nesse exercício omitindo deliberadamente os conteúdos sociais, históricos e culturais que cada categoria refere, haveria sim que comparar períodos da história de Portugal com análogos períodos da história de outros povos, estados e nações, dos considerados periféricos e dos outros... Até porque será porventura das margens que se deverá repensar a Europa, ou, pelo menos, que a reflexão sobre este continente – e o projecto político que o tem procurado unificar – tenha em decisiva conta o influxo cultural das margens, lembrando à consciência *europeia* que *estas* são sempre relativas e historicamente contingentes, colocando-se a hipótese de a actual crise europeia ser afinal a crise do eurocentrismo, modelo este afinal propagado e propalado pelos próprios centros de poder europeus em carência extrema de renovação... por isso nos parece que a discussão a que aludimos vai continuando a ser travada em tons que parecem tender a ser cada vez mais matizados e esbatidos.

#### IV.

Assim, Miguel Real, por exemplo, (em importante artigo publicado em 2006<sup>12</sup>) pretende propor um discurso de *superação do discurso identitário português*, mas fá-lo sem problematizar filosoficamente o conceito de identidade, o que lhe permite hipostasiar a-historicamente a “Europa” (qual?) como reino da tolerância e identificar o discurso identitário em geral (neste caso, o português) apenas com o discurso nacionalista, quando identitário é todo o discurso que reivindica, afirma ou meramente pressupõe uma identidade. Isto é, ao ser tratado o conteúdo do adjectivo *português* omite-se a necessidade de se tratar o problema identitário em geral... Para Miguel Real, nesse texto, esta surge não só patenteada como bem demarcada, ao contrário do que o programático título sugeriria: Portugal seria um país dividido de morte, historicamente perseguidor da diferença e profundamente religioso (sendo a sua cultura obcecada com a questão de Deus) e a sua filosofia dificilmente se entrega ao exercício racional porquanto seja marcada por constantes preocupações ideológicas no quadro de um país longamente determinado pelo peso excessivo do seu aparelho de Estado:

*Assim, mais do que filosófico ou reflexivo, o pensamento português tem sido eminentemente ideológico, isto é, enformado ou envolvido por um sentido de Estado que lhe guia a orientação [...].*

E parece-nos certa a observação acerca desta enformante envolvência sobretudo no que diz respeito aos exercícios considerativos que visam tematizar a cultura portuguesa, em geral. Já se quiséssemos atentar nos factores discursivos e ideológicos condicionantes do pensamento filosófico ou teológico em geral, teríamos outras ordem de factores a considerar...

*Contaminado de ideologia, o pensamento português deve a sua existência à configuração político-cultural donde emerge, morrendo com ele. É uma autêntica tragédia – o pouco que escrevemos sobre o Ser, sobre o Bem, sobre o Belo, sobre Deus, logo o contagiámos desse máximo defeito de o postularmos como veículo triunfal do Estado.*<sup>13</sup>

Este texto continua a assumir uma implícita consideração da excepcionalidade da cultura e do pensamento portugueses. Ainda que ela se faça de factores regressivos, tal exercício continua a proceder a uma forte consideração identitária:

*A história do pensamento português moderno e contemporâneo construiu-se, ao longo de cerca de quatrocentos anos, através de uma série de sucessivas negatividades que não têm par no movimento cultural dos países europeus, porventura com excepção de Espanha*<sup>14</sup>.

O texto é tributário de uma comum tematização dualizante de *Portugal e Europa* como conceitos ou entes separados e distinguíveis o que nos parece não só filosoficamente insustentável como historicamente incorrecto. Contudo, se não identificarmos utopicamente a Europa nem a reduzirmos aos grandes centros políticos actuais, e se estendermos o olhar no tempo pela longa duração das diferentes épocas, não é difícil compreender que a *sugestão* filosófica presente neste texto começa a cumprir-se exactamente por ele assumir a historicidade das identidades.

---

<sup>12</sup> Na revista *Prelo*, Lisboa, edição da INCM, Setembro-Dezembro de 2006, pp. 165 a 175.

<sup>13</sup> Op. cit. pp. 166-167.

<sup>14</sup> Op. cit. p.166.

Um outro exemplo de reflexão sobre esta questão é o de Agostinho da Silva que nos manifesta um problema de diversa complexidade, construindo na sua obra um discurso cultural aparentemente identitário e valorizando determinadas *características portuguesas*; todavia, fá-lo no quadro filosófico de uma ontologia anti-substancialista, em que, ao modo neoplatónico, a níveis de realidade diferentes correspondem possibilidades expressivas distintas. Assim, no plano prático, designado como nível medial, ou plano *dos meios*, é dito que *talvez coisa alguma no mundo deva ser apontada como exemplo, porquanto será principal vocação de tudo o que nasce ser diferente e original*<sup>15</sup>. Isto é, encara-se aqui a nacionalidade como uma *diferença* no plano pragmático dos fenómenos histórico-culturais, sem se chegar a reflectir neste ponto no facto de a nacionalidade ser um aspecto (em que nível ou grau?) da diferença que, em si, é filosófica e teologicamente defensável. Agostinho dá o exemplo da cultura brasileira, que parece pressupor

*um Deus cuja característica essencial passa a ser não a vontade nem o amor, mas a imaginação criadora, no gosto pelo singular, pelo que é diferente, pelo individual e o único*<sup>16</sup>.

Tal é, todavia, paradoxal do ponto de vista lógico<sup>17</sup>, justamente por assumir a contraditoriedade íntima e motriz do ser em devir:

*nossa pátria que se realiza quando se abrasa na comunhão do Universo, quando se dissolve no que os outros são, para que o não sejam também.*

Afastando-se de um Portugal que fosse *descritível nas geografias e adorável nas histórias*, Agostinho aponta-lhe o mesmo destino que a todos os homens deseja, a superação dos constrangimentos de tempo e espaço mediante o cessar da visão separativa e dicotómica de si e do real, numa explícita assunção heteronímica da totalidade das possibilidades:

*Portugal só será quando for o mundo inteiro e o mundo inteiro o for.*

Se a um certo nível, a diferença identitária é assumida, defendida e justificada, a outro ela é vista como meio de realização de algo que a transcende no momento mesmo da sua anulação:

*Não são os nossos problemas que importam, mas os problemas do Universo, como no homem particular só têm importância os conflitos na medida em que o impedem de ser os outros; e se os encaramos, só o devemos fazer para que não haja aqui nenhum impedimento ao explodir da nossa energia, e talvez haja aqui gramática de mais; talvez devêssemos dizer apenas ao explodir da energia; se nossa ou não, o digam os sábios da escritura.*<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup> Prefácio a *Eça, discípulo de Machado?* De Alberto Machado da Rosa, Brasil, Biblioteca Fundo Universal de Cultura, 1963; republicado em *Estudos sobre Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira*, org. e prefácio de Paulo Borges, vol. I, p. 266, Lisboa, Ed. Âncora, 2000.

<sup>16</sup> “Ensaio para uma teoria do Brasil”, *Espiral*, nºs 11-12, Lisboa, Outono de 1966, republicado em *Estudos sobre Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira*, vol. I, p. 293-320, ed. cit. Para o passo citado, ver esp. p. 310.

<sup>17</sup> Recordemos todavia que o frequente cultivo do paradoxo por Agostinho, releva de uma atitude perante a lógica que aceita a possibilidade de uma dupla verdade, ou de um terceiro incluído, na medida em que algo pode ser e não ser, dado que se refere a níveis distintos de realidade.

<sup>18</sup> “Quinze Princípios Portugueses”, *Espiral* nº8-9, Inverno de 1965, republicado em *Estudos sobre Cultura e Literatura Portuguesa e Brasileira*, I, Lisboa, Âncora, 2000, pp. 275 a 292, ver esp. 277-278. Este texto apresenta justamente uma proposta de descrição da hierarquia dos níveis de realidade dispostos como graus categoriais, mais ou menos vastos, de acordo com uma progressão entre princípios

Fica portanto mostrado que a valorização das diferenças culturais coexiste em Agostinho com uma perspectiva, que diríamos mística, de um horizonte espiritual de anulação dos sujeitos (individuais ou nacionais) e que esta coexistência não constitui uma contradição, mas uma com-possibilidade num mundo ordenado segundo uma hierarquia de níveis de realidade.

Sem qualquer pretensão de exaustividade, refiramo-nos a José Marinho, que em registo especificamente filosófico e de radicação ontológica, apresenta sugestões fundas para a constituição de uma *nova* atitude epistemológica, dialéctica, que congregue todos os contributos epistémicos das disciplinas que às *mentalidades* se referem, propondo que não se reduza a memória ao histórico, nem o identitário ao memorial, mas se recorra ao simbólico e ao imaginal, à introspecção saudosa<sup>19</sup> e a uma fenomenologia aberta ao erro e ao equívoco, no visio da assunção da totalidade, pela vivência de todos os seus aspectos íntimos e contraditórios. Em poucos pensadores, como em Marinho, encontramos esta noção de que o género se constrói pelo e no indivíduo e que o indivíduo, contrapolarmente, também é construído pelo género<sup>20</sup>.

## V.

Utilizando palavras portuguesas neste acto locutório reflexivo, como nos processos comunicacionais diários mais habituais deste momento da existência, assim se socializa aquele que fala e escreve *com* e *através* daqueles que escutem e leiam, pelo que não pode deixar de as pensar na sua radicação e uso, isto é, assumindo a responsabilidade de pensar filosoficamente em língua portuguesa, o que exigirá o conhecimento das suas possibilidades conceptuais, abertas por uma tradição e tornadas patentes por uma consciencialização histórica. Descrente de qualquer fatalidade que impenda sobre a capacidade especulativa dos falantes e escreventes desta língua, nela teremos de encontrar instrumentos categoriais para pensar o problema das *identidades* culturais a

---

primordiais, princípios práticos e princípios futuros. Este importante e por vezes hermeneuticamente desatentido texto de Agostinho poderá, na nossa leitura, servir de chave organizadora da sua prolixa e vasta obra, tão disseminada por diferentes horizontes e *níveis* de actuação. Para um estudo específico sobre este texto, cf. o nosso “A Biblioteca do que não se sabe”, in *Agostinho da Silva, um pensamento a descobrir*, ed. da Cooperativa de Comunicação e Cultura, coord. de Rui Matoso, Torres Vedras, 2004, pp. 105-113.

<sup>19</sup> Para uma esquematização de possibilidades de afrontamento do problema da *saudade* como via de acesso preferencial à literatura e à cultura portuguesa, peculiar *tonalidade afectiva*, ou como elemento a atender numa renovada cartografia emocional europeia e universal, veja-se o nosso artigo “Pensar a Saudade. Um incompleto ponto da situação da bibliografia mais recente sobre o tema e uma recensão de duas obras”, publicado no número 4 da revista *Nova Águia*, Sintra, 2009, pp. 190-198. Este texto constitui uma versão revista e desenvolvida de uma recensão de *Filosofia da saudade*, de António Braz Teixeira, e de *Da saudade como via de libertação*, de Paulo Borges, publicada no *Boletim da Academia de Língua Galega* nº2, Padrão, 2009, pp. 309-316.

<sup>20</sup> Em outros estudos dedicados a José Marinho temos chamado a atenção para a importância de que a sua obra se refere para esta discussão. Sem esquecer a fundamentação ontológica das suas reflexões, expressa em *Teoria do ser e da Verdade* e na ainda inédita *Assunção do Nada*, remetemos especialmente para os textos recolhidos e editados por Jorge Croce Rivera em *Filosofia Portuguesa e Universalidade da Filosofia e Outros Textos*, (ed. Jorge Croce Rivera, Lisboa, IN-CM, 2007, vol. VIII da colecção Obras de José Marinho) e para a concisa obra de 1966 *Elementos para uma Antropologia Situada*, Cadernos do Centro de Investigação Pedagógica nº4, Lisboa, FCG. Caberia assim a José Marinho lugar cimeiro neste âmbito de reflexões; esta proposta teórica, pela sua complexidade e vastidão, relacionando o problema da identidade com a noção de *verdade*, mereceria estudo próprio, específico e bem mais desenvolvido do que aqui nos é possível empreender.

partir de uma auto-consciente (se bem que assumidamente problemática) posição hermenêutica nem historicista nem essencialista. Isto é, *nem* rendidos à mera descrição de factos passados, conforme uma qualquer brutal identificação entre o reino da facticidade e o valor da verdade, como tantas vezes um conformado cientismo (afinal bem mecanicista) ainda entre nós parece sugerir e medrar (e que corresponderia a uma possibilidade historicista extrema) *nem* ambicioso pretendendo demandar *essências* sobrepairantes ou subjacentes de cuja desvelação dependeria o conhecimento de uma verdade de sempre, fundante e para sempre dada, que corresponderia ao que aqui designaríamos como *hipótese essencialista extrema*.

O problema filosófico das diferenças culturais depende de uma definição filosófica da *diferença* e da *cultura*. Depende também, num plano mais radical de consideração, das questões da *identidade* cujo modelo é o da onticidade pessoal correlata da individualidade habitualmente definida como propriedade (privada?) de si por si. Os meros termos em que apresento a questão manifestam já um ponto de partida inequivocamente construído (ou um pressuposto assumidamente consciente e conscientemente assumido): a questão da identidade, além de se relacionar de forma inaparente com as questões da cultura e mediatamente com as manifestações culturais que histórica e espacialmente se diferenciam (gerando ou não figurações que são experimentadas – ou discursificadas – como identidades) parece ser anterior às outras categorias que aqui coloco. Claro que esta anterioridade só o é do ponto de vista formal, já que, do ponto de vista da aquisição histórica da identificação de si como *nacional* de uma *nação*, a identidade é muito posterior à vivência – que num primeiro momento até é inegavelmente inconsciente – da diferença. Aliás essa vivência e inconsciência consistem e encontram-se no próprio momento construtivo da diferença. Estamos pois perante um paradoxo aparentemente irresolúvel. Ou enredados numa circularidade simultaneamente delimitadora e possibilitadora das nossas virtualidades existenciais.

A gravidade do que se diz é aqui ponderada. Ora, soluções intermédias para este problema filosófico poderão ser encontradas, ou soluções que suspendam e esvaziem o modo mesmo como o problema é aqui apresentado. Paradoxalmente, ou não, encontrámo-las em pensadores que aparentemente se situam em lados distintos da consideração ideológica nacionalitária a que nos referimos.

Rui Lopo  
Lisboa, 2011.